

Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas



Relatório Final

I Fórum Regional

(Caribe a América do Norte)

Bridgetown, Barbados, 20 a 22 de março de 2005

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA

I Fórum Regional (Caribe a América do Norte)

Aperfeiçoamento da liderança feminina para o fortalecimento da democracia

Bridgetown, Barbados, 20 a 22 de março de 2005

Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA
I Fórum Regional (Caribe e América do Norte)
Bridgetown, Barbados, 20 a 22 de março de 2005
Relatório final



Índice

Agradecimentos.....	5
Nota Bene	5
1. Introdução	6
2. Cerimônia de abertura.....	6
3. Primeira sessão: <i>Mulheres no poder e na tomada de decisões</i>	7
3.1 Apresentação de especialistas – A representação das mulheres em parlamentos da região: reconhecimento e remoção de obstáculos.....	7
3.2 Experiências dos países.....	8
<i>Santa Lúcia</i>	8
3.3 Recomendações	9
4. Segunda sessão: <i>Mulheres, pobreza e HIV/AIDS</i>	9
4.1 Apresentação de especialistas – O papel dos legisladores no avanço da estratégia regional de HIV/AIDS.....	9
4.2 Experiências dos países.....	10
<i>Barbados</i>	10
<i>Canadá</i>	11
4.3 Recomendações	11
5. Terceira sessão: <i>Direitos humanos das mulheres e violência contra mulheres</i>	12
5.1 Apresentação de especialistas – Ratificação e implementação de acordos internacionais e regionais no âmbito de direitos humanos das mulheres.....	12
5.2 Experiências dos países.....	13
<i>Antígua e Barbuda</i>	13
<i>México</i>	13
<i>São Cristóvão e Névis</i>	14
5.3 Recomendações	14
6. Quarta sessão: <i>Aperfeiçoamento da liderança feminina no século XXI</i>	15
6.1 Apresentações.....	15
<i>Aperfeiçoamento da liderança política feminina</i>	15
<i>Aperfeiçoamento da liderança empresarial feminina</i>	16
6.2 Recomendações	17
7. Anexos	21
7.1 Anexo 1 – Países e delegados presentes	21
7.2 Anexo 2 – Programa do I Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA.....	23
7.3 Anexo 3 – Sobre o Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA.....	28

7.4 Anexo 4 – Discurso da cerimônia de abertura.....	29
7.5 Anexo 5 – Bibliografia recomendada por Sra. Jeanette Bell	31
7.6 Anexo 6 – Recomendações de Sra. Gaietry Pargass.....	32



Agradecimentos

A Secretaria do FIPA agradece profusamente a senadora Sandra Husbands e sua equipe da Corporate Communications Consultants por todo o empenho dedicado à organização deste evento.

Gostaríamos também de agradecer o Canadian Imperial Bank of Commerce (CIBC), Gems of Barbados, o Ministério de Relações Exteriores do Canadá, Plastic Packaging Inc., o Royal Bank of Canada (RBC) e o Scotiabank por suas generosas contribuições financeiras. Não teria sido possível realizar o fórum sem a sua ajuda.

Para encerrar, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos a todos os parlamentares, especialistas e representantes dos setores privado, civil e acadêmico, que, através do intercâmbio de idéias e conhecimento especializado, possibilitou-nos alcançar e ultrapassar os objetivos deste evento.

Nota Bene

O conteúdo deste relatório foi compilado pela Secretaria do FIPA e contém somente um resumo das apresentações e debates realizados nos dias 21 e 22 de março de 2005. O texto integral de várias das apresentações e links das informações relacionadas estão disponíveis no Parlamento Virtual, que pode ser acessado através do website do FIPA em www.e-fipa.org.

Original: Inglês

1. Introdução

O I Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA foi realizado em Bridgetown, Barbados, nos dias 21 e 22 de março de 2005. O encontro, que esteve a cargo da senadora de Barbados Sandra Husbands, do Comitê Executivo do FIPA, foi realizado em dois dias no Hotel Savannah. O primeiro dia do encontro contou com a presença de mais de vinte e três parlamentares, entre homens e mulheres, de onze países do Caribe e da América do Norte. Quando o encontro foi aberto ao público no segundo dia, dezessete mulheres dos setores privado, acadêmico, governamental e não-governamental juntaram-se aos parlamentares. *(Veja a lista de países e delegados no Anexo 1. Veja o programa no Anexo 2.)*

Criado em 2002 durante a Primeira Assembléia Plenária do FIPA, o Grupo de Mulheres Parlamentares desde então tem se reunido a cada Assembléia Plenária do FIPA para falar sobre o papel das mulheres no parlamento, na política e no FIPA. Atualmente, o grupo é presidido pela parlamentar argentina Margarita Stolbizer, que também esteve a cargo do II Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares, realizado no Congresso Argentino em Buenos Aires, de 6 a 8 de abril de 2005. *(Veja o anexo 3 para obter mais informações sobre o Grupo de Mulheres Parlamentares)*

O I Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA teve como objetivos:

- Criar um fórum para que mulheres parlamentares das Américas promovam a pauta regional de igualdade de gêneros visando a influenciar a direção e o caráter das sociedades emergentes do século XXI
- Capacitar os parlamentares para que possam promover e implementar diretrizes de igualdade entre os gêneros, através do intercâmbio de experiências e melhores práticas
- Avaliar o progresso das mulheres até agora e identificar as principais áreas de crescimento e ferramentas para sua participação em liderança e tomada de decisões
- Apresentar recomendações à Assembléia Plenária do FIPA, já visando à Quarta Cúpula das Américas

2. Cerimônia de abertura



O primeiro dia do I Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA contou com a presença de parlamentares e especialistas convidados.

A senadora Sandra Husbands, representante do país anfitrião e membro do Comitê Executivo do FIPA, recebeu os participantes, agradecendo-os por sua participação e apresentando o formato do evento.

Em seguida, a senadora Céline



Hervieux-Payette, representante do Canadá e presidenta do FIPA, fez uma breve descrição da organização e do trabalho do Grupo de Mulheres, destacando a importância de uma maior participação feminina no FIPA e a necessidade de fortalecer a liderança política das mulheres nas Américas. *(Veja o Anexo 4 para ler o discurso da senadora Hervieux-Payette.)*

A Ministra da Habitação e Meio Ambiente de Barbados, Elizabeth Thompson-McDowal, fez um comovente discurso de abertura aos participantes, relatando suas próprias experiências como mulher na política, e destacando a importância de se contribuir para uma imagem mais positiva das mulheres tanto na política quanto em geral. O discurso da ministra abordou vários assuntos, como o modo como as mulheres políticas são retratadas nos meios de comunicação, um estudo recente feito no Reino Unido sobre o envolvimento das mulheres nas empresas relacionado com a questão de uma produtividade mais alta, o valor atribuído às mulheres e a feminização da pobreza. O impacto e a emoção da apresentação inspiraram todos os presentes e estabeleceram o tom do resto do evento.

Por último, Jeanette Bell, coordenadora do *Programa Canadense-Caribenho de Gênero de Barbados e da OECS*, da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), fez uma apresentação de abertura sobre o avanço da questão de igualdade de gênero na pauta regional e internacional. Destacou os principais acordos, ações e questões relacionadas à pauta internacional de igualdade de gênero, incluindo a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Convenção Interamericana de Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra as Mulheres (Belém do Pará) e a "Plataforma de Ação" da Conferência de Pequim.

Jeanette Bell ressaltou que, invés de reinventar a roda, os parlamentares devem se utilizar de ferramentas existentes para o trabalho que desenvolvem em prol da igualdade de gênero. Ela incentivou os participantes a se familiarizar e a utilizar tais ferramentas, e incitou os parlamentares a trabalhar com grupos de interesse em gêneros, a fim de garantir o apoio parlamentar aos vários planos de ação e convenções já existentes dedicados à promoção dos interesses das mulheres. A pedido dos presentes, Jeanette Bell forneceu uma lista útil de materiais de referência (*disponível no Anexo 5*, que também contém o texto de alguns acordos importantes e referências analíticas sobre a questão de igualdade de gênero).

3. Primeira sessão: Mulheres no poder e na tomada de decisões

3.1 Apresentação de especialistas – A representação das mulheres em parlamentos da região: reconhecimento e remoção de obstáculos

Gaietry Pargass, encarregada da Unidade de Assuntos Sociais do escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em Port of Spain, fez uma apresentação sobre a representação de mulheres nos parlamentos da região, onde revisou o progresso do Caribe em termos do aumento do número de mulheres no parlamento e na política, expondo as conquistas e derrotas



do envolvimento político das mulheres nos últimos 5 a 10 anos.

A Sra. Pargass falou sobre alguns dos fatores que contribuem para as estatísticas, entre os quais os sistemas de cotas e obstáculos ao envolvimento das mulheres na política, tais como família e cuidado dos filhos, papéis tradicionais dos gêneros, a natureza combativa da cultura política e da política partidária, financiamento e angariação de fundos, preparo inadequado para a liderança, falta de exposição ao processo político e falta de apoio a candidatas mulheres, mesmo da parte de organizações femininas e das próprias mulheres. Ela recomendou que se trabalhasse no sentido de tornar o ambiente político mais receptivo às mulheres, destacando a necessidade de se prestar apoio e orientação, e a necessidade de mecanismos para ajudar a informar as mulheres sobre o processo político e sobre como se envolver nele.

Por fim, a Sra. Pargass concluiu que "o progresso no sentido de uma maior participação das mulheres nos parlamentos do Caribe tem sido lento, apesar dos avanços feitos pelas mulheres em termos de aquisição de níveis mais altos de educação e certificação". Entre as suas recomendações, destacam-se a necessidade de um estudo mais profundo sobre os fatores que afetam o acesso das mulheres a cargos políticos, o estabelecimento de reuniões femininas dentro dos parlamentos e em toda a sub-região, o uso de sistemas de cotas como o da Guiana, a definição de uma meta mínima de 33% de candidatas mulheres nas chapas eleitorais, a instituição da questão de igualdade de gênero como parte da pauta de mulheres parlamentares tanto dentro quanto fora do parlamento, e a necessidade de incentivar os parlamentares a incluir a perspectiva de gênero em toda a legislação, e não somente como um fator discricionário.

3.2 Experiências dos países

Após a apresentação feita por Gaietry Pargass, representantes de Granada e Santa Lúcia fizeram apresentações sobre experiências pessoais e de seus países sobre Mulheres no Poder e na Tomada de Decisões.



Granada

A presidenta do Senado de Granada, Leslie Ann Seon, explicou que era a segunda mulher a ocupar o cargo de presidente do senado em Granada e observou que, entre os países caribenhos, Granada conta com o número mais alto de mulheres no parlamento sem o uso de um sistema de cotas. A despeito disso, mencionou sua hesitação em aceitar o cargo de presidente, ressaltando a dificuldade de equilibrar a vida familiar e a vida política, e a percepção negativa que muitas mulheres têm sobre a integridade dos políticos. A presidenta Seon reconheceu essas dificuldades, mas destacou o seu compromisso no sentido de

tornar a ética a base de seu trabalho no parlamento, e convidou os parlamentares a manter a questão de gênero na pauta de seus respectivos países.

Santa Lúcia

O presidente da Assembléia Legislativa de Santa Lúcia, Joseph Baden Allain, falou sobre a influência crescente exercida pelas mulheres na política de Santa Lúcia, destacando o envolvimento crescente das mulheres em carreiras profissionais e elogiando a obra de colegas como a senadora Harracksingh, também presente à reunião. Allain ressaltou que,



fora do parlamento, existem muitas áreas em que se pode influenciar a política – entre as quais, o direito, a medicina, a religião e o comércio. Com base na atuação cada vez maior das mulheres nessas áreas, Allain prevê um futuro muito melhor para as mulheres de Santa Lúcia no parlamento.

3.3 Recomendações

Após as apresentações, houve um período de debates, que resultou nas seguintes recomendações:

Os participantes do I Fórum Regional do FIPA recomendam que os parlamentares:

1. Engajem, orientem e incentivem ativamente outras mulheres no sentido de criar um interesse maior em política.
2. Apóiem e incentivem as mulheres que participam ou que se interessam por política dentro do sistema atual desta maneira:
 - a. Criação de uma rede regional e local mais coesa de mulheres políticas, a fim de
 - comunicar e trocar idéias, estratégias e táticas para uma elevação política; e
 - utilizar o conhecimento e a assistência de outras mulheres parlamentares com mais experiência, para fortalecer nosso envolvimento com a política.
 - b. Criação de relações mais fortes entre mulheres parlamentares e a comunidade e/ou grupos de interesse em gênero, a fim de criar estruturas de apoio às mulheres parlamentares, visando a fornecer -lhes assistência para que
 - trabalhem com seus eleitores, fornecendo firme apoio para o candidato em potencial; e
 - forneçam apoio financeiro, emocional e físico perceptível a mulheres no processo político.
3. Mudem o sistema para torná-lo mais adequado às mulheres através de:
 - a. adoção dos princípios de formação de equipe e de consenso; e
 - b. criação de um ambiente mais receptivo e flexível, para que motivemos mais mulheres a se envolver com o processo político.

4. Segunda sessão: Mulheres, pobreza e HIV/AIDS

4.1 Apresentação de especialistas – O papel dos legisladores no avanço da estratégia regional de HIV/AIDS

Nalita Gajadhar, encarregada de programas do Gabinete de Assuntos de Gênero de Barbados e ex-presidenta da Organização Nacional Feminina, fez uma apresentação sobre o papel dos legisladores no avanço da estratégia regional de HIV/AIDS, destacando a conexão entre gênero e HIV/AIDS, e lembrando os parlamentares que "quando falamos de gênero...

falamos sobre o relacionamento entre homens e mulheres, e sobre como este relacionamento nos torna vulneráveis, nos torna fortes e nos torna fracas."



Nalita Gajadhar explicou como a biologia, a pobreza, a educação e a migração interagem com a identidade de gênero de modo a afetar nossa vulnerabilidade ao HIV/AIDS. Para ela, a luta contra o HIV/AIDS deve incluir uma perspectiva de gênero, pois as normas da sociedade atribuídas às identidades feminina e masculina influenciam enormemente nossa vulnerabilidade a esta doença muito perigosa. Nalita Gajadhar explicou que o papel das mulheres como principais cuidadoras, combinado com os altos níveis de pobreza e a conseqüente dependência da ajuda masculina, reduz a capacidade de as mulheres controlarem suas relações sexuais, mesmo com seus maridos, o que as torna vulneráveis ao HIV/AIDS. Ela também explicou que a sociabilização dos homens no Caribe, que conduz à aceitação e até mesmo ao incentivo de um comportamento promíscuo, também aumenta a vulnerabilidade masculina.

Nalita Gajadhar incentivou os parlamentares a trabalhar por uma inclusão mais universal da perspectiva de gênero em assuntos parlamentares, e declarou a necessidade de um uso maior de diretrizes de integração de gêneros. Ela deixou os parlamentares com uma chamada à ação e a previsão lúgubre de que, sem mudanças, "daqui a 50 anos, minha filha poderá estar sentada aqui, nesta mesma situação, debatendo o mesmo tema, só que com uma população muito mais reduzida".

4.2 Experiências dos países

Após a apresentação de Nalita Gajadhar, foram apresentadas as experiências de Barbados e do Canadá sobre a questão de mulheres, pobreza e HIV/AIDS.

Barbados

O Ministro da Transformação Social e Assuntos de Gênero de Barbados, Hamilton Lashley, falou sobre o tema da pobreza, relacionando-o às mulheres e ao problema do HIV e AIDS. O ministro Lashley explicou que, a despeito dos vários avanços ocorridos nos últimos anos nos países em desenvolvimento, a lacuna entre países pobres e ricos continua a aumentar. Ele enfatizou as relações entre pobreza e gênero, observando que uma grande porcentagem de domicílios pobres encabeçados por um único chefe de família e/ou que abrigam vários familiares são chefiados por mulheres, e explicou que educação e pobreza são inversamente proporcionais, enquanto que pobreza e HIV/AIDS são diretamente proporcionais. Chamando a pobreza de uma "ofensa à dignidade humana", o ministro Lashley pediu aos parlamentares que tratassem dessas relações com iniciativas inovadoras, tal como o programa Big Sister em Barbados, que divulga informações sobre mulheres e HIV/AIDS através dos meios de comunicação, e outras iniciativas mais tradicionais, como os programas de sensibilização e incorporação de gêneros oferecidos pelo Gabinete de Assuntos de Gêneros de Barbados.

Canadá



Senadora Pana Merchant, do Canadá, atribuiu o sucesso do Canadá no tocante a HIV/AIDS ao fato de que, em seu país, "os direitos e a dignidade das pessoas que são portadoras ou que são vulneráveis ao HIV são reconhecidos, respeitados e promovidos... As pessoas portadoras ou vulneráveis ao HIV são parceiras na formação de diretrizes e programas que afetam suas vidas.... Elas têm acesso a serviços eficazes de alta qualidade que atendem suas necessidades." Embora a senadora lamentasse o aumento do número de mulheres afetadas pela doença e o impacto devastador que a epidemia terá nas comunidades indígenas do Canadá, ela aplaudiu as iniciativas de conscientização sobre o HIV/AIDS no Canadá, e ressaltou a importância do projeto de lei C-9, que tornará o Canadá o primeiro país a possuir leis que concedem a países em desenvolvimento acesso a versões genéricas de custo mais baixo de produtos farmacêuticos patenteados no Canadá. Segundo a senadora, o projeto de lei C-9 e o financiamento maior do Canadá a iniciativas de HIV/AIDS demonstram a conscientização de que, para combater a epidemia do HIV/AIDS, precisamos "nos concentrar nas necessidades mais amplas em termos de saúde, sociais e econômicas daqueles mais vulneráveis ao HIV, e reduzir as desigualdades econômicas e sociais que ameaçam a saúde das pessoas tanto no Canadá quanto no exterior".

4.3 Recomendações

Após as apresentações, houve um período de debates, que resultou nas seguintes recomendações:

Reconhecendo-se que:

- O trabalho em prol de uma igualdade maior entre os gêneros constitui uma parte importante do tratamento da questão das mulheres, pobreza e HIV/AIDS;
- A erradicação da pobreza constitui uma parte integral da luta contra o HIV/AIDS;
- A educação constitui um recurso fundamental na luta contra o HIV/AIDS, que parte dessa educação representa o construto social de como definimos o que é masculino e o que é feminino, e que o construto social atual na verdade promove a exposição ao HIV/AIDS;

Os participantes do I Fórum Regional do FIPA recomendam que os parlamentares:

1. Trabalhem no sentido de fortalecer a equidade de gêneros na sociedade.
2. Modifiquem a legislação de modo a fortalecer a equidade de gêneros através das seguintes medidas:
 - a. Fazer uma lista das leis discriminatórias contra as mulheres; e
 - b. Instaurar leis que fortaleçam a equidade de gêneros, tais como:

- Leis de proteção das mulheres contra o estupro (em países onde não se considera estupro o fato de uma mulher ser forçada por seu marido a ter relações sexuais); e
 - Leis que regem as diretrizes de gênero e o modo como as verbas de educação são gastas, de modo que o programa a ser instaurado tenha sensibilidade em relação à questão de gênero.
3. Como o atual sistema de partidos limita os parlamentares a se unirem somente com pessoas de seu próprio partido, os parlamentares devem mobilizar-se além dos limites partidários para alcançar mulheres e homens preocupados com esta questão, de modo a criar relações mais fortes e amplas, e mobilizar um número maior de pessoas para lidar com este problema muito sério.

5. Terceira sessão: Direitos humanos das mulheres e violência contra mulheres

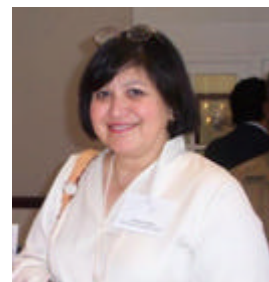
5.1 Apresentação de especialistas – Ratificação e implementação de acordos internacionais e regionais no âmbito de direitos humanos das mulheres



Carmen Lomellin, secretária executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA), falou sobre acordos internacionais e regionais no âmbito de direitos humanos das mulheres e sobre a obra da CIM – a mais antiga organização dedicada ao melhoramento da condição das mulheres no hemisfério ocidental. As apresentações trataram da violência baseada em gênero, tráfico de mulheres e crianças, e o papel das mulheres em situações de conflito.

Segundo ela, a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* – conhecida como a *Convenção do Belém do Pará*, redigida em 1994 e, desde então ratificada por 31 dos 34 países da OEA – indica o forte compromisso dos povos das Américas para tratar da questão de violência contra mulheres. Entretanto, Carmen Lomellin lamentou o fato de que ainda há muito a ser feito para a eliminação do problema, ressaltando que não foi estabelecido nenhum meio significativo para se fazer um acompanhamento da Convenção do Belém do Pará, e explicou que o mandato da CIM inclui a coordenação de um processo de acompanhamento da Convenção.

Ela também abordou a questão de falta de conscientização em relação ao tráfico de mulheres e crianças nas Américas, ressaltando que embora "muitas autoridades governamentais acreditem sinceramente que o tráfico de seres humanos não seja um problema em nosso hemisfério... pesquisas mostram que, de fato, isso constitui um problema sério." Um entendimento maior da situação fez com que a questão do tráfico fosse incluída na pauta da reunião dos





ministros da Justiça, a ser realizada ainda este ano, e na pauta de um congresso de autoridades nacionais a ser realizado em breve sobre esta questão. Isto também levou à criação de um coordenador antitráfico, baseado na CIM, que prestará apoio ao trabalho dos estados-membros da OEA nessa área.

Ela ressaltou também a exclusão, em caráter geral, das perspectivas e preocupações das mulheres nos processos de paz e reconstrução. Entretanto, o estabelecimento da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que determina a participação integral das mulheres em todos os processos de reconstrução da paz, permite à CIM defender a inclusão de uma perspectiva de gênero em assuntos relacionados à paz e segurança nas Américas através de projetos como seus programas de treinamento para as partes interessadas nos processos de paz e reconstrução.

Para finalizar, Carmen Lomellin citou Rosário Green, ex-ministra das Relações Exteriores do México, que disse: "é fundamental acreditar-se na capacidade das mulheres de resolver, em nível nacional, os problemas que enfrentam diariamente em suas vidas domésticas no nível pessoal". Sua última observação aos parlamentares foi a de que cabe aos mesmos a responsabilidade de "criar o clima, os programas e as diretrizes que ajudarão as mulheres a ajudarem a si mesmas e a suas famílias".

5.2 Experiências dos países

Após a apresentação de Carmen Lomellin, representantes de Antígua e Barbuda, México e São Cristóvão e Névis fizeram apresentações pessoais e nacionais sobre a questão de direitos humanos das mulheres e violência contra mulheres.

Antígua e Barbuda



A Ministra do Trabalho, Administração Pública e Autonomia, dra. Jacqui Quinn-Leandro, passou em revista as principais reformas legislativas de Antígua e Barbuda no tocante à proteção dos direitos das mulheres contra a violência. Entre os avanços recentes, encontram-se mudanças feitas à Lei de Delitos Sexuais em 1995 e em 2000, que elevaram a pena para crimes de estupro e agressão sexual, e as emendas feitas ao Código Trabalhista, que garantem licença-maternidade paga todas as vezes que uma mulher dê à luz. A ministra Quinn-Leandro também aplaudiu a ratificação, em 2005, do Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do

Tráfico de Mulheres e Crianças, embora, a seu ver, ainda haja mais a fazer no tocante a questões como estupro marital.

Declarando que "negar a mulheres seus direitos humanos não difere do racismo", a ministra pediu aos parlamentares que adotassem uma abordagem integrada ao lidarem com a violência contra as mulheres, dizendo que as mulheres parlamentares têm a responsabilidade, o direito e o desafio de se manifestar e de denunciar a questão das mulheres e violência.

México

A deputada Blanca Gámez Gutiérrez, da Câmara dos Deputados do México, revisou a *Comissão Especial para o Estudo e Revisão da Investigação de Homicídios de Mulheres e de Promoção da Justiça para Vítimas de "Feminicídio"*. Ao apresentar informações gerais sobre os achados da Comissão, a deputada explicou que, em Ciudad Juárez, próxima à

fronteira com os Estados Unidos, a violência é grave e geralmente infligida às mulheres. Referiu-se a esta violência como "feminicídio", que definiu como "a soma total de várias formas de violência contra as mulheres devido a seu gênero, classe social, etnia, idade, ideologia e política; fatores que 'se juntam e se reforçam mutuamente em um local e período particulares, culminando em uma série de mortes violentas...". Explicou ainda que esses crimes caracterizam-se pela "atitude de que as mulheres são descartáveis", e ocorrem quando "o Estado não fornece nenhuma garantia para as mulheres, e deixa de criar condições para proteger suas vidas..."

A deputada Blanca Gámez apresentou exemplos e dados estatísticos perturbadores sobre o "feminicídio" e criticou a falta de profissionalismo por parte das autoridades para levantar estatísticas e condenar os responsáveis, e instou por mais eficiência para lidar com o problema. Apesar dos avanços recentes, tais como a criação de um Plano Abrangente de Segurança Pública e de uma Promotoria Especial para a Investigação de Crimes relacionados ao assassinato de mulheres na municipalidade de Ciudad Juárez, a deputada condenou os níveis altos de impunidade e sentenças irregulares, e ressaltou a importância de se trabalhar "em prol da vida, dos direitos e da liberdade das mulheres em todos os lugares".

São Cristóvão e Névis

A presidenta da Assembleia Legislativa de São Cristóvão e Névis, Marcella Liburd, passou em revista algumas das medidas legislativas e normativas adotadas em resposta à violência contra mulheres em seu país, entre as quais a Constituição, a Lei de Violência Doméstica de 2000, a Lei de Emprego, Tratamento e Oportunidades Iguais de 2003 e Lei de Proteção contra o Assédio Sexual, também de 2003. Ainda que nem todas essas leis tenham sido aprovadas, a presidenta da assembleia elogiou as iniciativas do governo e chamou atenção para o fato de que uma clínica de assistência jurídica está sendo estabelecida para permitir que as mulheres aproveitem as leis criadas para a sua proteção.



Ela também enfatizou o fato de que "não devemos limitar a discussão sobre violência contra mulheres às definições mais óbvias de violência. Algumas das formas mais brutais e traumáticas de violência podem ser totalmente não-físicas. Podem ser emocionais, psicológicas e, às vezes, até mesmo espirituais". Marcella Liburd citou exemplos como a "promiscuidade lasciva e o comportamento sociopata" promovido pelos meios de comunicações internacionais, e a ameaça a pequenos e médios empresários por parte das grandes empresas, além da vulnerabilidade das economias caribenhas, causada por regras e acordos de comércio internacional. Embora reconhecesse os avanços realizados em áreas como saúde e educação, lamentou a baixa porcentagem de mulheres no parlamento e instou para que as mulheres assumissem a liderança para criar mudanças.

5.3 Recomendações

Após as apresentações, houve um período de debates, que resultou nas seguintes recomendações:

Reconhecendo-se que:



- As mulheres parlamentares devem liderar a mudança no sentido de garantir que as leis tratem dos direitos humanos das mulheres e da violência contra mulheres,

Os participantes do I Fórum Regional do FIPA recomendam que os parlamentares:

1. Fortaleçam as leis que regem a violência doméstica, através da:
 - a. Revisão da legislação, a fim de se determinar onde podem ser feitos aprimoramentos; e
 - b. Reforma da legislação existente onde for necessário (ou seja, revisão do código penal a fim de garantir que ações inaceitáveis sejam definidas como ilegais).
2. Garantam que os governos assinem e respeitem as convenções internacionais que visam a defender os direitos e a igualdade de gênero, tais como as metas de desenvolvimento do Milênio, o plano de ação da Plataforma de Pequim, etc.
3. Designem um indivíduo ou especialista para monitorar cada uma das convenções (garantir que tudo que tenha sido codificado, aceito internacionalmente e feito parte da pauta do governo local, seja monitorado por um grupo ou especialista que faça relatórios periódicos sobre a implementação das convenções).

6. Quarta sessão: Aperfeiçoamento da liderança feminina no século XXI

6.1 Apresentações

O segundo dia do Fórum foi aberto a representantes da sociedade civil e líderes empresariais. A senadora Sandra Husbands (anfitriã do evento e presidenta da Associação Caribenha de Pequenas e Médias Empresas), Christiane Bergevin (presidenta da SNC-Lavalin Capital Inc) e Alix Boyd-Knights (presidenta da Assembléia Legislativa da Dominica) apresentaram três perspectivas sobre o tema "Aperfeiçoamento da liderança feminina no século XXI".

Aperfeiçoamento da liderança política feminina

Alix Boyd-Knights, presidenta da Assembléia Legislativa da Dominica



Em sua apresentação, Alix Boyd-Knights questionou as democracias em que a metade feminina da população não é integralmente incluída no processo democrático, observando que o aumento no número de mulheres com educação não resultou em um aumento correspondente no número de mulheres no parlamento. Para ela, a responsabilidade de mudar essa situação cabe aos participantes presentes na reunião. Enfatizou a necessidade de ser proativo e prático e de ter perseverança para fortalecer e

incentivar as mulheres da região para que envolvam-se na política, e para trabalhar no

sentido de trazer mais mulheres aos partidos políticos, acabar com a estrutura dos partidos de ter um "setor feminino", desenvolver estratégias para alcançar mais mulheres e colocar em destaque o êxito das mulheres que já estão envolvidas na política.

Aperfeiçoamento da liderança empresarial feminina

Senadora Sandra Husbands, Barbados

Como presidenta da Associação Caribenha de Pequenas e Médias Empresas, a senadora Sandra Husbands reconheceu as vantagens potenciais do livre comércio, mas advertiu que, pelo fato de seguirem um caminho neoliberal, os países se arriscam a perder o que conquistaram nos últimos anos em áreas como saúde, educação e segurança social. A senadora pediu às mulheres no parlamento e no empresariado que garantissem que a liberação do comércio fosse implementada "de um modo coerente com cada país", e advertiu que o processo exigiria mudanças significativas tanto da parte das empresas quanto dos indivíduos, pois haveria necessidade de uma "remodelação" para enfrentar os desafios de um novo sistema econômico. A senadora Husbands reconheceu que isso poderia ser difícil para as mulheres devido a responsabilidades familiares, e incentivou as mulheres a questionar o sistema, que foi criado por e para homens, ao invés de simplesmente tentar se encaixar nele.

Christiane Bergevin, Canadá

Por fim, Christiane Bergevin, presidenta da SNC-Lavalin Capital Inc., uma divisão da maior firma de engenharia do Canadá, falou um pouco sobre o que é preciso para que vejamos mais mulheres ocupando cargos importantes no setor financeiro. Ela mencionou que a falta de educação e experiência e a grande responsabilidade pela família não constituem os únicos motivos da baixa participação das mulheres, pois 50% dos alunos formados em administração atualmente são mulheres, e as mulheres têm trabalhado no setor financeiro já há algum tempo, geralmente em empresas com normas que acomodam uma boa parcela de tempo para a vida familiar.

A despeito do envolvimento das mulheres em áreas mais leves do setor financeiro, Christiane Bergevin reconheceu que é ainda raro encontrar mulheres nos setores de poder ou ocupando os cargos mais altos no setor privado. Usou uma metáfora esportiva para questionar a eficiência de uma equipe em que metade dos melhores jogadores não têm permissão para jogar. Referindo-se a um estudo recente, Christiane Bergevin observou que as mulheres têm pouca autoconfiança e não possuem destreza para a autopromoção. Sugeriu que as mulheres dedicassem mais tempo para travar conhecimentos com outras pessoas e promover as suas próprias realizações. Enfatizou a importância de se trabalhar com colegas do sexo masculino no sentido de encontrar modos flexíveis e inovadores de se equilibrar a vida familiar e a profissional, ressaltando o êxito da SNC-Lavalin, que se baseia no princípio de inclusão de toda a equipe para descobrir modos inovadores de fazer negócios.



6.2 Recomendações

As apresentações foram seguidas por mesas-redondas simultâneas, em que os parlamentares se juntaram a membros da sociedade civil e do setor privado para discutir a liderança feminina na política e no empresariado. Os debates produziram as seguintes conclusões e recomendações:

Os participantes do I Fórum Regional do FIPA recomendam o seguinte:

1. **Identificar e incentivar os jovens** para que se envolvam na política através de:
 - Estabelecimento de iniciativas nas escolas, como a criação de clubes políticos, que podem servir de mecanismos para produzir membros para os Paramentos Nacionais de Jovens;
 - Criação de programas de orientação para expor jovens mulheres interessadas à política e à vida política;
 - Identificação de jovens líderes através de programas como os prêmios Junior Achievement oferecidos no Canadá.

2. **Identificar e incentivar mulheres** de todas as idades para que se envolvam na política através de:
 - Incentivo, reconhecimento e conexão com mulheres já envolvidas em suas comunidades;
 - Promoção da idéia de que mulheres de todas as idades e de todas as classes sociais podem participar do processo político;
 - Empenho para fazer com que mais mulheres inscrevam-se como eleitoras;
 - Apoio a candidatas mulheres, fazendo parte de suas equipes de colaboradores;
 - Colocação em destaque das realizações e conselhos de mulheres bem-sucedidas em política, de modo a inspirar outras mulheres a se envolverem;
 - Apoio e/ou criação de veículos de mídia para divulgar e promover mulheres (o Parlamento Virtual do FIPA ou o website do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento podem ser úteis para isso <http://cfcportal.net>);
 - Criação de leis de ação afirmativa, tais como as que já são usadas em alguns países, de modo a garantir que nenhum dos gêneros conte com mais de 70% das cadeiras eleitas ou da representação em momento algum.

3. **Desenvolver redes** para fornecer sistemas de apoio a mulheres através de:

- Criação de convenções e fóruns periódicos, tal como os Fóruns dos Grupos de Mulheres do FIPA, para reunir parlamentares, mulheres envolvidas em suas comunidades e mulheres com experiência em liderança;
- Uso da Internet (tal como o Parlamento Virtual do FIPA) para conectar mulheres;
- Conexão com grupos femininos existentes e solicitação de seu apoio a mulheres candidatas e/ou parlamentares;
- Inclusão de homens que apóiam mulheres nas redes.
- Fornecimento de sistemas de apoio para candidatas políticas através de equipes de apoio, grupos femininos locais, voluntários, etc.;
- Criação de uma rede de mulheres envolvidas em carreiras e/ou interesses comerciais diversos, prestando-lhes apoio e promoção ativamente.



4. **Oferecer apoio financeiro e de treinamento prático** a mulheres interessadas em concorrer a cargos políticos através de:

- Distribuição de informações de know-how para mulheres sobre financiamento de campanhas, incluindo pagamento de taxas de nomeação, relacionamentos com mulheres de outros setores (isto é, do setor empresarial), capacitação para o trabalho em equipes, e possíveis fontes de financiamento;
- Criação de um fundo de doações para campanhas de mulheres interessadas em participar do parlamento;
- Ensinar mulheres como aumentar sua presença pública (isto é, como se apresentar, como falar de suas realizações, como adquirir confiança, como coordenar suas equipes de apoio, como aproveitar os recursos disponíveis, etc. através de um programa de treinamento ou outros tipos de programa).

5. **Criar ambientes de trabalho que acomodem as necessidades familiares** através de:

- Criação de normas de trabalho mais flexíveis, tais como dias e horários flexíveis de trabalho, oportunidades de trabalhar em casa, mais tolerância em relação a responsabilidades familiares, etc.;
- Educação da sociedade no sentido de aceitar normas flexíveis e criar mecanismos para garantir a manutenção da produtividade, honestidade (pagamento justo por dias justamente trabalhados), responsabilidade, etc.;



6. **Desafiar e mudar as percepções** de identidades e papéis relacionados a gênero através de:

- Campanhas de relações públicas assertivas e debates progressivos, começando a partir do ensino básico e continuando por toda a sociedade;
- Comemoração do dia internacional ou nacional das mulheres, a fim de destacar as realizações femininas;
- Homenagem aos homens que apóiam suas parceiras nas responsabilidades domésticas e/ou carreiras, de modo a criar modelos para divisões mais eqüitativas do trabalho;
- Ter em mente as peculiaridades culturais e regionais durante a criação de estratégias para incentivar a noção de mulheres como contribuintes importantes à sociedade;
- Criação de ambientes familiares que sejam mais propícios ao trabalho, incentivando os homens a assumir responsabilidades domésticas e ressaltando o fato de que homens e mulheres desempenham papéis importantes na criação dos filhos;
- Questionamento do ideal norte-americano/europeu da família nuclear, que se opõe ao valor da família no sentido lato, e estabelecimento de redes de parentes e amigos para o fornecimento de apoio vital à vida em família, onde as demandas do trabalho se oponham à "qualidade de vida";



* * *

Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA
I Fórum Regional (Caribe e América do Norte)
Bridgetown, Barbados, 20 a 22 de março de 2005
Relatório final



Parlamentares participam do I Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA



Parlamentares e membros do setor privado participam do I Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA



7. Anexos

7.1 Anexo 1 – Países e delegados presentes

Participantes parlamentares

Antígua e Barbuda Deputada Dra. Jacqui Quinn-Leandro Senadora Joanne Massiah	Jamaica Deputada Verna Parchment
Barbados Senadora Sandra Husbands Deputado Hamilton Lashley	México Deputada Blanca Gámez Gutiérrez Deputado Rogelio Alejandro Flores Mejía Deputado Luis Espinoza Perez
Canadá Senadora Céline Hervieux-Payette (Presidenta do FIPA) Senadora Ethel Cochrane Senadora Pana Merchant	Santa Lúcia Deputado Joseph Baden Allain (Presidente da Câmara) Senadora Lelia Harracksingh
Dominica Deputada Alix Boyd Knights (Presidenta da Câmara)	São Cristóvão e Névis Deputada Marcela Liburd (Presidenta da Assembléia Nacional)
Granada Senadora Leslie Ann Seon (Presidenta do Senado) Senadora Ingrid Rush Deputada Glynis Roberts	Trinidad e Tobago Deputada Kamla Persad -Bissessar Senadora Joan Yuille-Williams Deputada Eudine Job-Davis
Guiana Deputada Genevieve Allen	

Secretaria do FIPA

Sra. Emmanuelle Pelletier Sra. Sabra Ripley
--

Participantes especialistas

<p>Programa Canadense-Caribenho de Gênero de Barbados e da OECS Sra. Jeanette Bell, coordenadora</p>
<p>Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Port of Spain Sra. Gaietry Pargass, encarregada do Gabinete de Assuntos Sociais</p>
<p>Gabinete de Gênero de Barbados Sra. Nalita Gajadhar, encarregada de programas</p>
<p>Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) Sra. Carmen Lomellin, secretária executiva</p>

Participantes do setor privado

<p>Apostolic Teaching Centre Sra. Betty Proute</p>										
<p>Correios de Barbados Sra. Dorcas Scantlebury</p>										
<p>NJLT/COB Sra. Sylvia Turto</p>										
<p>Royal Bank of Canada (RBC)</p> <table><tr><td>Sra. Portia Blackman</td><td>Sra. Colleen Jones</td></tr><tr><td>Sra. Angela Callender</td><td>Sra. Janice Luke</td></tr><tr><td>Sra. Stephanie Clarke</td><td>Sra. Heather Roberts</td></tr><tr><td>Sra. Gail Gibbons</td><td>Sra. Claire Waithe</td></tr><tr><td>Sra. Maria Harewood</td><td>Sra. Michelle Watson</td></tr></table>	Sra. Portia Blackman	Sra. Colleen Jones	Sra. Angela Callender	Sra. Janice Luke	Sra. Stephanie Clarke	Sra. Heather Roberts	Sra. Gail Gibbons	Sra. Claire Waithe	Sra. Maria Harewood	Sra. Michelle Watson
Sra. Portia Blackman	Sra. Colleen Jones									
Sra. Angela Callender	Sra. Janice Luke									
Sra. Stephanie Clarke	Sra. Heather Roberts									
Sra. Gail Gibbons	Sra. Claire Waithe									
Sra. Maria Harewood	Sra. Michelle Watson									
<p>SNC-Lavalin Capital Inc. Sra. Christiane Bergevin</p>										



7.2 Anexo 2 – Programa do I Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA

Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA

I Fórum Regional (Caribe a América do Norte)

“Aperfeiçoamento da liderança feminina para o fortalecimento da democracia”

Objetivos:

- Criar um fórum para que mulheres parlamentares das Américas promovam a pauta regional de igualdade de gêneros para formar a direção e o caráter das sociedades emergentes do século XXI
- Capacitar os parlamentares para que possam promover e implementar diretrizes de igualdade entre os gêneros, através do intercâmbio de experiências e melhores práticas
- Avaliar o progresso das mulheres até o presente e identificar as principais áreas de crescimento e ferramentas para sua participação em liderança e tomada de decisões
- Apresentar recomendações à Assembléia Plenária do FIPA, já visando à Quarta Cúpula das Américas

Informações de contato	
Barbados Local da reunião: The Savannah Hotel, Salão de Conferências Hastings Hastings, Christ Church, Barbados Tel: 1 (246) 228-3800 Fax: 1 (246) 228-4385 www.gemsofbarbados.com Lynette Holder, coordenadora de Barbados Corporate Communications Consultants Tel: 1 (246) 434-0756 Fax: 1 (246) 434-0756 E-mail: cccinc@caribsurf.com	Internacional/Canadá Sabra Ripley, coordenadora internacional Vice-secretária executiva Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) Tel: 1 (613) 943-2802 Fax: 1 (613) 947-8010 E-mail: info-fipa@e-fipa.org Emmanuelle Pelletier Secretária Executiva Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) Tel: 1 (613) 947-8787 Fax: 1 (613) 947-8010 E-mail: info-fipa@e-fipa.org

Programa

Domingo, 20 de março de 2005:

19h30 Coquetel de recepção (Savannah Hotel, Pátio)

Segunda-feira, 21 de março de 2005:

9h00 Inscrição dos participantes

9h30 Cerimônia de abertura

- Sandra Husbands, senadora de Barbados, membro do Comitê Executivo do FIPA
- Céline Hervieux-Payette, senadora do Canadá, presidenta do FIPA
- Elizabeth Thompson-McDowald, Ministra da Habitação e Meio Ambiente de Barbados,

10h00 - 10h15 Introdução: *Avanço da questão de igualdade de gênero na pauta regional e internacional.*

- Jeanette Bell, coordenadora do Programa Canadense-Caribenho de Gênero de Barbados e da OECS

10h15 - 10h40 Intervalo

Primeira sessão: *Mulheres no poder e na tomada de decisões*

10h40 - 11h30 Apresentações

- 10h40 - 11h00 *Representação de mulheres nos parlamentos da região: reconhecimento e remoção de obstáculos*
 - Gaietry Pargass, Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
- 11h00 - 11h30 *Experiências nacionais*
 - Leslie Ann Seon, presidenta do Senado de Granada
 - Joseph Baden Allain, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Lúcia
 - Trinidad e Tobago

11h30 - 12h30 Debates

12h30 - 12h40 Encerramento

12h40 - 14h00 Almoço (Boucan Wine Bar and Restaurant, Savannah Hotel)



Segunda sessão: Mulheres, pobreza e HIV/AIDS

14h20 - 15h10 Apresentações

- 14h20 - 14h40 *O papel dos legisladores no avanço da estratégia regional de HIV/AIDS*
 - Nalita Gajadhar, encarregada de programas do Gabinete de Assuntos de Gênero de Barbados e ex-presidenta da Organização Nacional Feminina
- 14h40 - 15h10 *Experiências nacionais*
 - Hamilton Lashley, Ministro da Transformação Social e Assuntos de Gênero de Barbados,
 - Pana Merchant, senadora do Canadá

15h10 - 16h10 Debates

16h10 - 16h20 Encerramento

16h20 - 16h30 Intervalo

Terceira sessão: Direitos humanos das mulheres e violência contra mulheres

16h30 - 17h30 Apresentações

- 16h30 - 16h50 *Ratificação e implementação de acordos internacionais e regionais no âmbito de direitos humanos das mulheres*
 - Carmen Lomellin, Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
- 16h50 - 17h30 *Experiências nacionais*
 - Dra. Jacqui Quinn-Leandro, Ministra do Trabalho, Administração Pública e Autonomia de Antígua e Barbuda,
 - Deputada Blanca Gámez Gutiérrez, Câmara dos Deputados do México: "Feminicídio em Ciudad Juárez"
 - Marcella Liburd, presidenta da Assembléia Legislativa de São Cristóvão e Névis,

17h30 - 18h30 Debates

18h30 - 18h40 Encerramento

19h30 Jantar oferecido por S. Exa. Sr. Michael C. Welsh

Alto Comissário do Canadá para Barbados

Local: Alto Comissariado Canadense em Barbados (próximo à People's Cathedral)

Terça-feira, 22 de março de 2005:

Aberto para representantes da sociedade civil e líderes empresariais

9h00 - 9h30 Inscrição de organizações da sociedade civil e representantes do setor empresarial

Quarta sessão: Aperfeiçoamento da liderança feminina no século XXI

Aberto para representantes da sociedade civil e líderes empresariais

9h30 - 9h50 Apresentações

- Senadora Sandra Husbands, presidenta da Associação Caribenha de Pequenas e Médias Empresas
- Alix Boyd Knights, presidenta da Assembléia Legislativa da Dominica

9:50-10h00 Intervalo

10h00 - 11h30 Mesas-redondas simultâneas

- Aperfeiçoamento da liderança feminina na política
- Aperfeiçoamento do espírito empreendedor das mulheres

11h30 - 12h00 Apresentação dos resultados e encerramento das mesas-redondas

12h00 - 12h30 Apresentação das conclusões finais e recomendações

12h30 - 14h00 Almoço (Boucan Wine Bar and Restaurant)

14h00 - 14h30 Entrevista coletiva à imprensa

O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA gostaria de agradecer os patrocinadores financeiros:



Canadian Imperial Bank of Commerce -
www.cibc.com



Ministério das Relações Exteriores do Canadá
www.fac-aec.gc.ca



Cingular Wireless - www.cingular.com



Royal Bank Financial Group - www.royalbank.com



Gems of Barbados - Savannah Hotel

www.gemsofbarbados.com



Scotiabank - www.scotiabank.com

**Assim também como nossos
amigos da**

**Plastic Packaging Incorporated, Carolina do Norte,
EUA**

E ainda nossos parceiros:



**Gabinete de Assuntos de Gênero do Ministério da
Transformação Social de Barbados -
www.barbados.gov.bb**



**Associação Caribenha de Pequenas e Médias
Empresas - casme@caribsurf.com**



**Corporate Communications Consultants,
Barbados cccinc@caribsurf.com**



**Comissão Econômica para a América Latina e o
Caribe, ONU - www.cepal.cl**



**Comissão Interamericana de Mulheres da
Organização dos Estados Americanos (OEA)
www.oas.org/CIM/**



**Parliamentary Centre
Le Centre parlementaire**

Centro Parlamentar - www.parlcent.ca

7.3 Anexo 3 – Sobre o Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA

História

Na reunião plenária de 2002 do FIPA, as mulheres parlamentares participantes do FIPA realizaram um café da manhã para discutir o seu papel no parlamento, na política e no FIPA. Deste singelo início, foi criado o Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas.

Composição

Encabeçado pela parlamentar argentina Margarita Stolbizer, o grupo opera como um grupo de trabalho dentro da estrutura do FIPA, e inclui representantes de cada uma das sub-regiões das Américas (A. do Norte, A. Central, A. do Sul e Caribe).

Objetivos

Conforme determinado pela Plenária do FIPA, o grupo tem como objetivos gerais:

1. Fortalecer a liderança política feminina através de ações contínuas de intercâmbio regional.
2. Promover a criação de condições para oportunidades iguais, priorizando a luta contra a pobreza e a eliminação da discriminação no trabalho.
3. Fortalecer as democracias nos países das Américas visando alcançar o respeito aos direitos humanos e alcançar condições que promovam o desenvolvimento social igualitário e sustentável.
4. Promover a criação de mecanismos que incentivem a participação da mulher na política.
5. Fortalecer a participação ativa das mulheres nas reuniões de trabalho do FIPA, incorporando a perspectiva do gênero em todos os tópicos examinados pela instituição.

O plano de ação inicial do Grupo visa:

1. Promover o debate e o intercâmbio regional de experiências e estruturas legislativas através da interação constante e da realização de reuniões regionais e/ou sub-regionais que tenham o objetivo de alcançar os objetivos propostos.
2. Aumentar a conscientização entre as mulheres da região, analisando os desafios e as oportunidades de integração hemisférica, que são os tópicos principais da II Reunião Plenária do FIPA realizada na Cidade do Panamá.
3. Analisar o impacto negativo das crises econômicas e financeiras da região sobre as mulheres e propor políticas de cooperação para examinar e resolver essas crises.
4. Elaborar uma avaliação participativa que ajude a ilustrar a condição da mulher na região.

Sugerimos que os parlamentares interessados em trabalhar neste grupo, aberto a homens e mulheres, entrem em contato com o Secretariado técnico do FIPA (info-fipa@e-fipa.org) ou visitem nosso site www.e-fipa.org.



7.4 Anexo 4 – Discurso da cerimônia de abertura

Céline Hervieux-Payette
Senadora do Canadá e Presidenta do FIPA

Idioma original: inglês

Em novembro de 2001, tive a oportunidade, como representante do meu país, de participar da segunda reunião do Comitê Executivo do FIPA, realizado aqui mesmo, em Barbados. Por ser uma das primeiras reuniões, ela teve um papel decisivo no então recém-criado FIPA, pois lançou as bases do trabalho da nossa organização. Mas, além das decisões tomadas, dois aspectos daquela reunião sobressaíram-se para aqueles que estiveram presentes. O primeiro foi o entusiasmo com que nossos colegas de Barbados receberam a iniciativa do FIPA e destacaram a importância da participação do Caribe nessa iniciativa hemisférica. O segundo foi a generosa hospitalidade dos nossos anfitriões e a beleza deste maravilhoso país caribenho. Tenho, portanto, o prazer e a honra de estar novamente em Barbados, e gostaria de agradecer nossos colegas, particularmente a senadora Sandra Husbands, pelo gentil convite e por todo o empenho dedicado à organização deste evento.

O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas teve início com a iniciativa da parlamentar argentina, Margarita Stolbizer, de criar um fórum onde as questões da pauta do FIPA pudessem ser debatidas a partir de uma perspectiva de gênero. Foi oficialmente transformado em um grupo de trabalho permanente através de uma resolução da II Assembléia Plenária do FIPA, realizada no Panamá em fevereiro de 2003. No ano passado, o grupo teve sua primeira reunião formal como parte da Assembléia Plenária no Chile. Foi lá que foi preparado o plano de ação que levou à nossa reunião aqui, hoje.

Considero importante mencionar que a idéia por trás deste grupo não é criar um "clube feminino" para discutir "questões femininas". Ao contrário, este grupo busca promover a participação ativa das mulheres nas reuniões de trabalho do FIPA, para fortalecer a liderança política das mulheres através de intercâmbios regionais, e fomentar mecanismos para facilitar e incentivar a participação feminina na política, entre outros fatores. Em outras palavras, este grupo de mulheres não busca se isolar, mas sim discutir o modo como pode se encaixar.

A necessidade de apoiar e promover a participação das mulheres na política não é um assunto fora de moda. Ao contrário, adquire uma importância renovada em meio ao contexto político atual das Américas, onde a necessidade de restaurar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas tornou-se óbvia em vários países.

Embora as leis que promovem a participação feminina na vida pública sejam importantes, as leis sozinhas não conseguem garantir a presença de mais mulheres na política. Não basta dizer às mulheres que elas podem participar. Deve-se ensiná-las como fazê-lo e, acima de tudo, é preciso criar as condições certas para que as mulheres possam concorrer em igualdade com seus colegas masculinos.

Tenho certeza de que todos nós aqui estamos cientes dos obstáculos que existem ao desenvolvimento profissional das mulheres, e que, tanto na política quanto no setor privado, a mulher precisa ter uma capacidade dobrada para ter êxito no mundo masculino. Mas

também sabemos que, mais importante do que reconhecer o problema, é preciso desenvolver estratégias concretas para enfrentar os desafios que se nos apresentam.

Para isso, creio que, nos próximos dois dias, o primeiro fórum regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas deva ser o local onde discutimos estratégias comuns para resolver os problemas identificados. Portanto, convido-os a participar ativamente em todas as sessões de trabalho, conversar com os participantes convidados dos painéis e acima de tudo, divulgar qualquer idéia ou iniciativa que considerem importantes para alcançar os objetivos declarados. É por isto que estamos aqui: para dialogarmos, para aproveitarmos a experiência dos colegas e trabalharmos juntos, porque podemos conseguir mais trabalhando coletivamente do que individualmente.

Para finalizar, gostaria de agradecer a todos aqui por sua participação, e especialmente a participação da Ministra Mia Mottley. Sua presença aqui, hoje, prestigia o trabalho desta organização e significa, de modo claro, que estamos no caminho certo.

Muito obrigada a todos.

NB: Os textos dos discursos da senadora Sandra Husbands e da ministra Elizabeth Thompson-McDowald infelizmente não estão disponíveis.



7.5 Anexo 5 – Bibliografia recomendada por Sra. Jeanette Bell

Sra. Jeanette Bell

Coordenadora do Programa Canadense-Caribenho de Gênero de Barbados e da OECS
Avanço da questão de igualdade de gênero na pauta regional e internacional

Idioma original: inglês

Mulheres no Caribe

1. Ellis, Patricia, ed. *Women of the Caribbean*. Londres: Zed Books ltd., 1986. (Desatualizado, mas útil por suas informações gerais)
2. Ellis, Patricia. *Women, Gender and Development in the Caribbean: Reflections and Projections*. Londres, Nova York, Jamaica: Zed Books, 2003.
3. Tang Nain, Gemma & Barbara Bailey, eds. *Gender Equality in the Caribbean: Reality or Illusion*. Kingston, Jamaica: Ian Randle Publishers, 2003. (Escrito para a Secretaria do CARICOM)
4. Brasileiro, Ana Maria, ed. *Women's Leadership in a Changing World: Reflecting on Experience in Latin America and the Caribbean*. Nova York, Nova York: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), 1996.
5. Brasileiro, Ana Maria, ed. *Building Democracy with Women, Reflection on Experiences in Latin America and the Caribbean*. Nova York, Nova York: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), 1996.
6. CPDC. *The Caribbean Beacon – Vote More Women in to Parliament*. The Caribbean Policy Development Centre, 2004 Edition. (Tel: 246-437-6055, Fax: 246-437-3381, www.cpdngo.org)
7. *Gender Equality, Social Justice and Development: The CARICOM Post-Beijing Regional Plan of Action – Year 2000*. CARICOM Secretariat Publication, 1997.

Materiais das Nações Unidas

1. UN. *Platform for Action – Fourth World Conference on Women, Beijing, China, 1995*. [On-line www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/index.html]
2. UN. *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW)*, 1979 (entrada em vigor 1981) [On-line www.ohchr.org/english/law/cedaw.htm]
3. UN. *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW) and its Optional Protocol*. [Online www.ohchr.org/english/law/cedaw-one.htm]
4. UN. *Programme of Action - Adopted at the International Conference on Population and Development, Cairo, 1994*. [On-line www.iisd.ca/Cairo/program/p00000.html]
5. UN. *Key Actions for the Further Implementation of the Programme of Action of the International Conference on Population and Development, 1999*. [On-line www.un.org/popin/unpopcom/32ndsess/gass.htm#as215a1]
6. OAS. *Inter-American Convention on the Prevention, Punishment and Eradication of Violence against Women (Belém do Pará), 1994* (entrada em vigor 1995) [On-line www.oas.org/juridico/english/Treaties/a-61.htm]

* * *

7.6 Anexo 6 – Recomendações de Sra. Gaietry Pargass

Sra. Gaietry Pargass

Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)

Representação de mulheres nos parlamentos da região: reconhecimento e remoção de obstáculos

Idioma original: inglês

Recomendações

- i. Existe a necessidade de um estudo em profundidade dos fatores que afetam o acesso das mulheres a cargos políticos. Através deste processo de pesquisa, é preciso desenvolver uma pauta regional/programa de ação regional em comum. Pautas e programas de ação nacionais devem ser desenvolvidos para lidar com as necessidades específicas de cada país.
- ii. As mulheres parlamentares devem facilitar o estabelecimento de reuniões de mulheres dentro de seus respectivos parlamentos e também por toda a sub-região. Tais reuniões devem forjar elos com os mecanismos femininos nacionais, organizações femininas e com a sociedade civil, e devem ter como foco principal uma pauta que apóie a participação feminina no processo político.
- iii. Seguindo o modelo da Guiana como etapa inicial, os países devem adotar leis ou normas que estabeleçam a meta mínima de 33% de candidatas mulheres nas chapas eleitorais. Esta meta deveria chegar a 50% dentro de um período de tempo específico.
- iv. É importante que a pauta de igualdade de gênero se torne parte da pauta de mulheres parlamentares tanto dentro quanto fora do Parlamento. O treinamento em questões de gênero para mulheres parlamentares é importante nesse aspecto, e os homens deveriam ser cooptados nesse processo.
- v. Os mecanismos e organizações nacionais femininas devem procurar colaborar de modo coeso e redefinir suas pautas de modo a projetar a inter-relação de questões de igualdade de gênero, mesmo quando não estiverem trabalhando especificamente nestas questões. Um dos principais motivos pelo avanço lento ocorrido na área de mulheres, poder e tomada de decisões é o fato de ser tratado como uma questão à parte.

* * *

Secretariado Técnico do FIPA

361-E Centre Block
The Senate of Canada
Ottawa, Ontario K1A 0A4
Canadá

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum Interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

Tel: (613) 947-8008
Fax: (613) 947-8010
e-mail: info-fipa@e-fipa.org

www.e-FIPA.org

© 2005